

Ana Maria Bergamin Neves

Interações: raízes históricas brasileiras

Coleção InterAções

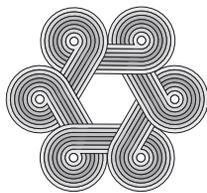


Blucher

Coordenação:

Josca Ailine Baroukh

C O L E Ç Ã O

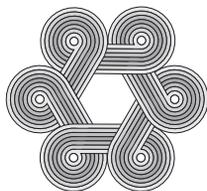


INTERAÇÕES

Interações: raízes históricas brasileiras

Blucher

C O L E Ç Ã O



INTERAÇÕES

Ana Maria Bergamin Neves

Interações: raízes históricas brasileiras

Josca Ailine Baroukh
COORDENADORA

Maria Cristina Carapeto Lavrador Alves
ORGANIZADORA

Interações: raízes históricas brasileiras

© 2012 Ana Maria Bergamin Neves

Editora Edgard Blücher Ltda.

Capa: Alba Mancini

Foto: Editora Blucher

Blucher

Rua Pedroso Alvarenga, 1.245, 4º andar
04531-012 – São Paulo – SP – Brasil
Tel.: 55 (11) 3078-5366
editora@blucher.com.br
www.blucher.com.br

Segundo Novo Acordo Ortográfico, conforme 5. ed.
do *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*,
Academia Brasileira de Letras, março de 2009.

É proibida a reprodução total ou parcial por quais-
quer meios, sem autorização escrita da Editora.

Todos os direitos reservados pela
Editora Edgard Blücher Ltda.

Ficha catalográfica

Neves, Ana Maria Bergamin
História / Ana Maria Bergamin Neves; Josca
Ailine Baroukh, coordenadora; Maria Cristina
Carapeto Lavrador Alves, organizadora. -- São
Paulo: Blucher, 2012. -- (Coleção InterAções)

Bibliografia
ISBN 978-85-212-0665-1

1. História (Ensino fundamental) I. Baroukh,
Josca Ailine. II. Alves, Maria Cristina Carapeto
Lavrador. III. Título. IV. Série.

12-02505

CDD-372.89

Índices para catálogo sistemático:

1. História: Ensino fundamental 372.89

Para
Manuela, Carolina e Isabel

Nota sobre a autora

Ana Maria Bergamin Neves é graduada em História e licenciada pela Universidade de São Paulo. Professora de História e Orientadora Pedagógica do Ensino Médio na rede particular de ensino em São Paulo. Autora da Coleção Brasileira de História 1º ao 5º ano – Companhia Editora Nacional. Autora do livro “Os Povos da América” da Coleção História em Documentos da Atual Editora. Assessora na área de História a professores do Ensino Fundamental. Membro do Júri do Prêmio Professores do Brasil – 3ª edição promovido pelo MEC em 2009.

Apresentação

Educar é interagir, é agir **com o outro**, o que acarreta necessariamente a transformação dos sujeitos envolvidos na convivência. Foi esta a ideia que elegemos para nomear a coleção InterAções. Acreditamos que ensinar e aprender são ações de um processo de mão dupla entre sujeitos, que só terá significado e valor quando alunos e professores estiverem questionando, refletindo, refazendo, ouvindo, falando, agindo, observando, acolhendo e crescendo juntos.

Com base nessa premissa, convidamos autores e professores. Professores que conhecem o chão da sala de aula, que passam pelas angústias das escolhas para qualificar as aprendizagens das crianças, seus alunos. Professores que, em sua grande maioria, também são coordenadores de formação de grupos de professores, conversam com professores e, portanto, conhecem o que os aflige.

A esses autores, pedimos que estabelecessem um diálogo escrito sobre temas inquietantes em suas áreas de atuação. Temas que geram muitas dúvidas sobre o que, como e quando ensinar e avaliar. Temas recorrentes que, se abordados do ponto de vista de novos paradigmas educacionais, podem contribuir para a ação, reflexão e inovação das práticas de professores da Educação Infantil e do Ensino Fundamental I.

Apresentamos nesta coleção situações de interação entre professores e crianças: exemplos, sugestões pedagógicas e reflexões. Pontos de partida para o professor repensar sua prática e proporcionar a seus alunos oportunidades de se sentirem e serem protagonistas de suas aprendizagens. Acreditamos ser importante que o professor questione sua rotina e construa um olhar apurado sobre as relações cotidianas. Estranhar o natural

estimula a criatividade, a inovação, o agir. E assim, é possível ir além do que já se propôs no ensino desses temas até o momento.

Nosso intuito é compartilhar as descobertas geradas pelo movimento de pesquisa, reflexão e organização do conhecimento na escrita dos autores. E proporcionar ao professor leitor a experiência de um “olhar estrangeiro”, de viajante que se deslumbra com tudo e que guarda em sua memória os momentos marcantes, que passam a fazer parte dele. Queremos animar em nosso leitor a escuta atenta e estimular suas competências técnicas, estéticas, éticas e políticas, como tão bem explica Terezinha Azeredo Rios.

Em meio às dificuldades de ser professor na contemporaneidade, os profissionais da educação persistem na criação de planejamentos e ações que promovam as aprendizagens de seus alunos. Aos desafios, eles apresentam opções e são criativos. É para esses profissionais, professores brasileiros, e para seus alunos, que dedicamos nossa coleção.

Boa leitura!

Josca Ailine Baroukh

Sumário

Introdução	13
1 Por que ensinar História para as crianças?	19
1.1 A importância do planejamento	21
1.2 A avaliação da aprendizagem em História	23
2 Quais são os conceitos básicos no ensino e aprendizagem de História?	27
2.1 Abordagens para o estudo de História.....	28
2.2 Tempo histórico.....	38
2.3 Processo histórico	43
2.4 Sujeito histórico	45
2.5 Cultura e identidade cultural	46
3 Que estratégias usar para o ensino de História?	49
3.1 A narrativa histórica.....	50
3.2 O diálogo na sala de aula e a produção coletiva ..	53
3.3 Leitura e escrita	58
3.4 Leitura de imagens.....	59
3.5 Registro das aprendizagens por meio do desenho	67

4	Como trabalhar com a temática indígena?	69
4.1	Traços de cultura.....	76
5	Como trabalhar com o tema da cultura afro-brasileira na sala de aula?	91
5.1	A população brasileira e a África	93
5.2	O tráfico de escravos para o Brasil	98
6	Considerações finais	105
	Referências bibliográficas	107

Introdução

Ser membro da consciência humana é situar-se com relação a seu passado.

Eric Hobsbawm

O ensino de História é um dos desafios colocados para o professor dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Afinal, por que ensinamos História para as crianças? O grande historiador Hobsbawm, ao referir-se ao papel do passado para a formação da consciência coletiva da humanidade, nos apresenta um sentido para o trabalho que desenvolvemos na formação escolar de nossas crianças e jovens. Não é apenas por curiosidade pelo que já passou que nos dedicamos à História. O fato é que, o estudo do passado nos remete ao compartilhamento da nossa cultura, e nos aproxima.

A construção das identidades sociais, que permitem ao sujeito reconhecer-se enquanto membro de sua comunidade, é uma das características da formação escolar ao longo do Ensino Fundamental. Os estudos históricos são peças-chave no processo de formação das crianças para a vida social, e seu objetivo é levar o indivíduo a se perceber enquanto sujeito e agente da História, pertencente a uma sociedade em constante transformação, mas que tem tradições. A escola deve promover as condições para que o aluno possa identificar as relações que se estabelecem nos diferentes grupos sociais de que faz parte – as diversas relações de parentesco na família; as relações entre colegas e entre professor e aluno, que são próprias da escola; as relações de cooperação presentes no time de futebol ou em outros esportes coletivos; a identidade religiosa promovida pela religião que se pratica na igreja etc.

O processo de construção da identidade social que permite ao aluno reconhecer-se enquanto sujeito da História se inicia nos anos iniciais do Ensino Fundamental e se desenvolve paralelamente ao processo de aquisição da leitura e da escrita, ao longo do percurso da escola básica.

Ao trabalhar com a História, o professor deve estar atento ao papel que essa disciplina desempenha na formação geral dos alunos, sobretudo no que se refere à elaboração oral dos alunos sobre os conteúdos tratados em aula, à ordenação das narrativas históricas e ao reconhecimento da importância das trocas de ideias e informações que ocorrem na interação entre os próprios alunos, mediados pelo professor. Outras competências que se constroem por meio dos estudos de História estão relacionadas à leitura do mundo como um todo. Segundo Paulo,

“[...] a leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada pela leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto.” (FREIRE, 2001, p. 11)

A leitura de mundo pode ser abordada com os alunos por meio da leitura de imagens, da representação de conceitos por meio da produção de imagens por parte dos alunos, e de tantos outros meios de representação que abordaremos a seguir. É fundamental que os alunos saiam da escola com instrumentos de leitura do mundo, para que, além de interpretá-lo, sejam capazes de agir para transformá-lo.

O historiador e professor da Universidade Federal de Goiás, Holien Gonçalves Bezerra, ao refletir sobre os conteúdos básicos a serem ensinados aos alunos do Ensino Fundamental, aponta:

“Importa tentar perceber quais são os conceitos imprescindíveis para que os alunos saídos da escola básica tenham uma formação histórica que os auxilie em sua vivência como cidadãos” (apud KARNAL, 2003, p. 41).

Ele apresenta um levantamento de conceitos que considera fundamentais para a formação escolar, aqueles que permitem pensar historicamente: **História, Processo Histórico, Tempo** (temporalidade histórica), **Sujeito histórico e Cultura**.

Em minha experiência em sala de aula, o grande desafio enquanto professora tem sido encontrar maneiras de apresentar esses conceitos de forma que possam ser compreendidos por alunos de pouca idade. Essa apresentação se torna possível e eficiente quando o professor compreende o sentido daquilo que ensina e percebe os desdobramentos que esses conteúdos terão na progressão da escolaridade do aluno. Afinal, nenhum professor sozinho fará a formação de um estudante. É na longa permanência na escola que o aluno constrói o conhecimento histórico. É fundamental que a escola garanta um trabalho pedagógico que permita ao aluno:

- compreender os conceitos e as relações entre os fatos e os sujeitos históricos ao longo do tempo;
- perceber as semelhanças e diferenças entre as diversas localidades e povos;
- entender as permanências e transformações sociais, culturais, éticas e econômicas;
- desenvolver a habilidade de estabelecer comparações e de identificar características culturais relacionadas ao tempo histórico.

Nessa perspectiva, o professor dos anos iniciais é aquele que semeia os conceitos, que propõe e inicia a prática do pensamento histórico junto a seus alunos. Ao longo da escola básica, o aluno irá desenvolver e amadurecer sua compreensão dos conceitos relacionados à História e às ciências humanas, uma vez que tem, pela frente, vários anos de estudos de História, além de

Geografia e, até o final do Ensino Médio, Filosofia e Sociologia. É um processo que vai se ampliando e aprofundando, pois segundo Vygotsky (1989, p. 50),

“[...] o desenvolvimento dos processos que finalmente resultam na formação de conceitos começa na fase mais precoce da infância, mas as funções intelectuais que, em uma combinação específica, formam a base psicológica do processo da formação de conceitos amadurece, se configura e se desenvolve somente na puberdade. Antes dessa idade, encontramos determinadas formações intelectuais que realizam funções semelhantes àquelas dos conceitos verdadeiros, ainda por surgir. No que diz respeito à composição, estrutura e operação, esses equivalentes funcionais dos conceitos têm para com os conceitos verdadeiros, uma relação semelhante à do embrião com o organismo plenamente desenvolvido. Equiparar os dois significa ignorar o prolongado processo de desenvolvimento entre o estágio mais inicial e o estágio final.”

Ainda devemos considerar que, além da compreensão desses conceitos básicos, há outro objetivo relacionado ao ensino de História, que Circe Bittencourt (2011, p. 122) definiu como *formação intelectual*:

“A formação intelectual pelo ensino da disciplina ocorre por intermédio de um compromisso de criação de instrumentos cognitivos para o desenvolvimento de um “pensamento crítico”, o qual se constitui pelo desenvolvimento da capacidade de observar e descrever, estabelecer relações entre presente – passado – presente, fazer comparações e identificar semelhanças e diferenças entre a diversidade de acontecimentos no presente e no passado.”

Nessa perspectiva, apresenta-se para o professor uma nova questão: como introduzir o trabalho de aproximação do aluno com tais habilidades que estão diretamente relacionadas aos conceitos complexos que fundamentam a formação do pensamento histórico?

Buscamos, neste livro, oferecer uma formulação para a definição desses conceitos, apontados como fundamentais para o trabalho com a História na sala de aula, e apontar algumas estratégias de trabalho com os alunos que podem favorecer o desenvolvimento dessas habilidades e capacidades relacionadas ao desenvolvimento de um pensamento crítico.

Além disso, compartilhamos reflexões acerca do ensino de História e dos desafios que a sala de aula nos coloca. Buscamos trabalhar com as questões que costumam se colocar para os professores dos anos iniciais, geralmente polivalentes, os quais, muitas vezes, se sentem inseguros diante dos conteúdos de História, e se questionam: quais são os conteúdos mais adequados para o ensino de História? Que métodos de ensino são mais adequados para essa faixa etária?

Diante dessas questões, ao longo dos capítulos, trabalhamos tanto com o campo conceitual quanto com as metodologias próprias dos estudos históricos. Fizemos ainda um levantamento das estratégias de ensino que podem ser pensadas para o trabalho com esses conteúdos nesse segmento escolar.

O primeiro capítulo traz uma reflexão sobre o desafio de ensinar História e o sentido dos estudos históricos na escola, especialmente nos anos iniciais. O segundo capítulo apresenta um levantamento dos conceitos fundamentais envolvidos no ensino de História; nesse capítulo, definimos esses conceitos, de modo a auxiliar o professor na definição dos objetivos de seu trabalho com os alunos. O terceiro capítulo é dedicado à discussão metodológica e à análise de estratégias em sala de aula que favorecem o desenvolvimento da relação de ensino-aprendizagem.

Os dois últimos capítulos foram dedicados a temas centrais no currículo das escolas brasileiras: a temática indígena e das culturas afro-brasileiras. Oferecemos sugestões para o encami-

nhecimento do trabalho em sala de aula, tanto no que se refere ao levantamento de conteúdos adequados para o trabalho com a faixa etária em questão, quanto com a sugestão de estratégias e atividades que podem ser utilizadas em sala de aula.

Ao longo dos capítulos, você também encontrará algumas “sugestões de atividades”, que podem ser levadas para a sala de aula ou servir de incentivo para que outras propostas possam ser elaboradas pelos professores. ■

1 Por que ensinar História para as crianças?

Do ponto de vista do ensino da História, a compreensão da história poderia ser definida da seguinte maneira: como fazer com que as crianças ou os jovens possam visitar este estranho país chamado passado?

Mario Carretero

A História é o estudo do passado, daquilo que comprovadamente já aconteceu. Quando nos perguntamos sobre o sentido do ensino de História na escola, estamos também nos perguntando sobre por que nos interessamos pelo passado, e qual é o passado que nos interessa ensinar às nossas crianças. E esse pensamento não diz respeito apenas ao professor, mas é também ele que origina as definições curriculares pensadas pelas autoridades responsáveis pelas políticas públicas em nosso país, bem como às discussões curriculares que acontecem no interior da escola e que envolvem a equipe pedagógica como um todo.

Segundo o estudioso espanhol Mario Carretero (1997, p. 80),

“compreender a História significa poder estabelecer relações de influência, tanto de alguns fatos com outros em um mesmo tempo como de alguns fatos com outros ao longo do tempo”.

Esse interesse pelo passado está relacionado à necessidade de compartilhar a cultura com as crianças, transmitindo a elas saberes e valores desenvolvidos e compartilhados pela sociedade na qual estamos inseridos. Além desse aspecto, precisamos considerar, ainda, que os alunos devem ser capazes de entender a História como conhecimento, como experiência e prática de cidadania.

Ao se ocupar do passado, a História trabalha com o tempo, mas vai além dele. A História, ao ser entendida como uma ciência social, também tem como matéria-prima a análise das relações sociais, das interações entre as pessoas e dos grupos sociais dos quais elas fazem parte. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), o ensino de História deve ser pensado de modo a considerar a relação entre o particular e o geral, tanto no que se refere ao indivíduo e sua ação, seu papel em sua localidade e sua cultura, quanto no que diz respeito às relações entre uma localidade específica, a sociedade nacional e o mundo.

Outro aspecto importante salientado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) é a questão do “outro”, da alteridade, que possibilita a construção das noções de semelhanças e diferenças. O documento ressalta a importância da

“[...] compreensão do “eu” e a percepção do “outro”, do estranho, que se apresenta como alguém diferente. Para existir a compreensão do “outro”, os estudos devem permitir a identificação das diferenças no próprio grupo de convívio, considerando os jovens e os velhos, os homens e as mulheres, as crianças e os adultos, e o “outro” exterior, o “forasteiro”, aquele que vive em outro local. Para existir a compreensão do “nós”, é importante a identificação de elementos culturais comuns no grupo local e comum a toda a população nacional e, ainda, a percepção de que outros grupos e povos, próximos ou distantes no tempo e no espaço, constroem modos de vida diferenciados” (MEC, 1997, p. 22).

Essa distinção entre o “nós” e o “outro” envolve também a percepção de que aqueles que viveram em outros tempos também constituem “outros”, cujas culturas são diferentes da “nossa”. Pensado dessa maneira, o aprendizado de História se apresenta ao aluno como fundamental para a constituição de sua identidade coletiva. Ainda segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais,

“[...] o conhecimento do “outro” possibilita, especialmente, aumentar o conhecimento do estudante sobre si mesmo, à medida que conhece outras formas de viver, as diferentes histórias vividas pelas diversas culturas, de tempos e espaços diferentes. Conhecer o “outro” e o “nós” significa comparar situações e estabelecer relações e, nesse processo comparativo e relacional, o conhecimento do aluno sobre si mesmo, sobre seu grupo, sobre sua região e seu país aumenta consideravelmente” (MEC, 1997, p. 22).

1.1 A importância do planejamento

É diante desses pressupostos básicos que o professor dos anos iniciais da escola irá planejar o trabalho com os conteúdos de História a serem desenvolvidos com seus alunos. Para pensar nessa tarefa de planejar o trabalho, vamos considerar a existência de duas dimensões que se complementam: de um lado, temos um conjunto de conceitos que devem estar bem compreendidos pelo professor para que possam ser debatidos e elaborados pelos alunos; de outro, temos questões metodológicas, que envolvem recursos didáticos e formas de trabalho na sala de aula, que precisam ser muito bem pensados quando trabalhamos com alunos pequenos, cuja capacidade de elaboração abstrata de conceitos está em desenvolvimento. Devemos, ainda, levar em conta que a própria experiência escolar dos alunos modifica sua condição de apreensão dos conteúdos, o que torna bastante diferente o trabalho com os anos iniciais, nos quais está em processo a aquisição da leitura e da escrita e os anos finais – sobretudo o quarto e o quinto – nos quais os alunos já têm um bom domínio da linguagem escrita e desenvolvem raciocínios cada vez mais complexos.

O planejamento é fundamental para assegurar o bom andamento do trabalho. Ao planejar o que fará com seus alunos, o professor cria condições para pesquisar os temas que serão abordados, buscar fontes, selecionar material e, assim, organizar aulas em que possa promover debates entre seus alunos, bem como o levantamento de hipóteses, além da elaboração de sínteses e registros das descobertas e conclusões.

Como ensinar?

Muitas estratégias de ensino podem ser utilizadas nas aulas de História de modo a favorecer a aproximação dos alunos com os conceitos, tais como dramatizações, exibição de filmes, leitura de textos literários relacionados aos temas trabalhados – poemas, canções, histórias infantis – produção de desenhos e cartazes. Outras propostas podem ser feitas por meio de construções com sucata que ajudem a entender conceitos e procedimentos trabalhados, tais como relógio de sol, ampulhetas, os diferentes calendários, registro da rotina da sala de aula – todos eles relacionados às formas de medição e registro da passagem do tempo.

Outras estratégias também devem ser consideradas para a aprendizagem de procedimentos importantes na formação do pensamento histórico e o desenvolvimento de habilidades, tais como a leitura de imagens, o registro de informações a partir de filmes e áudios e a realização de entrevistas.

Convidar pessoas da comunidade que possam contribuir com a exploração e ampliação de temas trabalhados na escola para uma conversa com os alunos ou realizar gravações em áudio de histórias de habitantes mais idosos são excelentes estratégias para o trabalho com o registro e a compreensão do conceito de “documento histórico”.

A orientação de pesquisas sobre temas trabalhados também é um recurso importante para a busca e a sistematização de informações. Outro recurso de pesquisa bastante usado no ensino de História é a realização de estudos do meio, por meio dos quais podem ser exercitadas as habilidades de observação, entrevistas, registro fotográfico, filmagens, análise de utensílios e vestimentas, entre outros. ■

1.2 A avaliação da aprendizagem em História

Outro grande desafio que se coloca para o professor é a avaliação da aprendizagem de seus alunos. Ao planejar o ensino, é importante que os objetivos sejam claros e bem definidos, de modo que o professor possa acompanhar o desenvolvimento das aprendizagens de seus alunos e os avanços e dificuldades apresentados individualmente por eles. Tal acompanhamento detalhado das aprendizagens dos alunos possibilita ao professor avaliar sua própria prática, observar como as atividades propostas aos estudantes foram recebidas, e pensar em outras que ainda pode oferecer para ampliar o repertório.

A avaliação é parte importante do processo de ensino-aprendizagem e uma de suas finalidades é criar condições para que o professor possa adequar sua intervenção pedagógica para que os alunos avancem continuamente em suas aprendizagens. Há muitas concepções de avaliação existentes – tantas quantas concepções de ensino e de aprendizagem – e é importante que o professor busque a adequação entre a concepção de ensino e aprendizagem que norteia sua atuação profissional e suas práticas de avaliação, sempre lembrando que a aprendizagem (e, portanto, o ensino), são processuais.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais definem como objetivos para o ensino de História nos anos iniciais do Ensino Fundamental:

- identificar o próprio grupo de convívio e as relações que estabelecem com outros tempos e espaços;
- organizar alguns repertórios histórico-culturais que lhes permitam localizar acontecimentos numa multiplicidade de tempo, de modo a formular explicações para algumas questões do presente e do passado; conhecer e respeitar o modo de vida de diferentes grupos sociais, em diversos tempos e espaços, em suas manifestações culturais, econômicas, políticas e sociais, reconhecendo semelhanças e diferenças entre eles;
- reconhecer mudanças e permanências nas vivências humanas, presentes na sua realidade e em outras comunida-

des, próximas ou distantes no tempo e no espaço; questionar sua realidade, identificando alguns de seus problemas e refletindo sobre algumas de suas possíveis soluções, reconhecendo formas de atuação política institucionais e organizações coletivas da sociedade civil;

- utilizar métodos de pesquisa e de produção de textos de conteúdo histórico, aprendendo a ler diferentes registros escritos, iconográficos, sonoros; valorizar o patrimônio sociocultural e respeitar a diversidade, reconhecendo-a como um direito dos povos e indivíduos e como um elemento de fortalecimento da democracia (MEC, 1997, p. 28).

É necessário salientar que essas aprendizagens não ocorrerão todas de uma vez e, portanto, será preciso avaliar seu avanço ao longo do percurso dos alunos no Ensino Fundamental. Devemos lembrar também que não trabalhamos todos esses objetivos simultaneamente e, portanto, é preciso identificar e eleger quais são os objetivos de cada etapa do trabalho, o que buscamos com cada proposta que oferecemos aos nossos alunos, para que o foco das nossas ações seja coerente com a avaliação.

Ao mesmo tempo, é preciso considerar que a aprendizagem escolar também tem uma dimensão coletiva. Ao planejar o trabalho a ser desenvolvido com seu grupo de alunos, o professor deve buscar formas de avaliação capazes de informá-lo sobre o desenvolvimento das aprendizagens de cada aluno, bem como sobre o conjunto dos alunos que compõem a sala de aula. Somente assim será possível ao professor replanejar seu trabalho ao longo do ano letivo, adequando-o às metas estabelecidas.

Dentre os vários modelos de avaliação presentes nas escolas atualmente, a *avaliação formativa* possibilita uma boa aproximação entre o professor e seus alunos. Segundo Antoni Zabala:

“A tomada de posição em relação às finalidades do ensino, relacionada a um modelo centrado na formação integral da pessoa, implica mudanças fundamentais, especialmente

nos conteúdos e no sentido da avaliação. Além do mais, quando na análise da avaliação introduzimos a concepção construtivista do ensino e a aprendizagem como referencial psicopedagógico, o objeto da avaliação deixa de se centrar exclusivamente nos resultados obtidos e se situa prioritariamente no processo de ensino/aprendizagem, tanto do grupo/classe como de cada um dos alunos. Por outro lado, o sujeito da avaliação não apenas se centra no aluno, como também na equipe que intervém no processo” (ZABALA, 1998. p.198).

Um esquema de avaliação formativa pode ser pensado a partir de uma sequência de ações que envolvem: avaliação inicial para o levantamento dos conhecimentos dos alunos com relação aos conteúdos, planejamento do trabalho a ser desenvolvido com os alunos, adequação do plano de trabalho em função das respostas apresentadas pelos alunos, avaliação final e uma análise do processo que possibilite o estabelecimento de novas propostas de intervenção.

O acompanhamento individual da produção dos alunos no dia a dia é uma forma eficiente de verificar como os conceitos estão sendo compreendidos e como as habilidades de pensamento estão se desenvolvendo. Ao conhecer muito de perto os processos de aprendizagem de seus alunos, o professor pode oferecer uma variedade de caminhos e reorganizar o trabalho a partir das deficiências e acertos que identifica em sua prática de ensino. Isto significa, também, que a coleta de dados não ocorre de uma única forma: a prova escrita. Ao contrário, se o professor sabe que cada aluno aprende em seu ritmo e tem suas habilidades, oferecer vários caminhos para a aprendizagem implica oferecer várias formas de avaliação: apresentações orais, produção de imagens, fotografias, dramatizações, trabalhos escritos, entre outras possibilidades.

É preciso lembrar, ainda, que os momentos de avaliação formal – provas, entrega de trabalhos para atribuição de notas e conceitos etc. – têm importância também para os alunos, uma vez que nesses momentos o estudante recebe um retorno formal

de sua aprendizagem e, em alguma medida, de seu sucesso ou insucesso na escola.

Quando compartilhamos com nossos alunos as metas de aprendizagem que definimos e buscamos envolvê-los diretamente no processo de avaliação, criamos uma condição favorável para o trabalho com os erros (ou conhecimentos parciais) e para o desenvolvimento de uma aprendizagem significativa.

Nos anos iniciais da escola, é muito importante cuidar das formas de informação da avaliação que damos aos estudantes, para que os alunos compreendam seus erros e seus acertos, e sejam estimulados a rever suas ações e participação nas aulas. O professor deve estimular o avanço de seus alunos, apontando os caminhos que devem ser buscados por eles para a melhoria de seu trabalho, para o aperfeiçoamento de suas aprendizagens, ao mesmo tempo em que redireciona suas ações pedagógicas.

Ainda segundo Zabala, o professor precisa considerar a diversidade existente entre os alunos ao planejar os objetivos, os conteúdos e as formas de ensinar. Para esse autor,

“O conhecimento do que cada aluno sabe, sabe fazer e como é, é o ponto de partida que deve nos permitir, em relação aos objetivos e conteúdos de aprendizagem previstos, estabelecer o tipo de atividades e conteúdos de aprendizagem previstos, estabelecer o tipo de atividades e tarefas que têm que favorecer a aprendizagem de cada menino e menina. Assim, pois, nos proporciona referências para definir uma proposta hipotética de intervenção, a organização de uma série de atividades de aprendizagem que, dada nossa experiência e nosso conhecimento pessoais, supomos que possibilitará o progresso dos alunos” (ZABALA, 1998. p.199). ■